

# **CIDADE, UNIVERSIDADE E ESTUDANTES: AS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS EM MONTES CLAROS, NORTE DE MINAS GERAIS NOS ANOS 1980.**

Andrey Lopes de Souza\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar as movimentações estudantis em Montes Claros-MG, nos anos 1980, dando destaque à análise das incursões organizadas pelos estudantes montes-clarenses nas diversas lutas cotidianas que os afligia, especialmente as reivindicações relacionadas ao ensino superior como o caso da luta pela estadualização ou federalização da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior-FUNM, atual Unimontes.

**Palavras chave:** História Social; Cidade; Unimontes; Estudantes

## **CITY, UNIVERSITY AND STUDENTS: THE STUDENT MOVEMENT IN MONTES CLAROS, NORTH OF MINAS GERAIS IN THE 1980S**

**Abstract:** This article aims to analyze the student movements in Montes Claros, Minas Gerais, in 1980, focusing on analysis of the group organized by students in the various montes-clarenses daily struggles that afflicted him, especially claims related to higher education as if the struggle for federalization or decentralization North Mining Foundation of Higher Education-FUNM, current Unimontes.

**Keywords:** Social History; City; Unimontes; Students

Este trabalho é fruto de dissertação de mestrado<sup>1</sup> que, tomando a cidade como lugar, procurou analisar o trânsito dos estudantes pelos diversos espaços, na conquista de territórios de expressão social e política, na constituição de formas de organização, mobilização, lutas, debates e no enfrentamento das questões educacionais e cotidianas que afligiam os jovens naquele momento. Nesse sentido, elegemos os universitários como nossos sujeitos de pesquisa, problematizando suas trajetórias que reportavam às movimentações nos grupos de jovens da Igreja, no movimento secundarista, nos partidos, associações de bairro, dentre outros espaços. Para fins analíticos focamos nas atuações dos universitários e em alguns temas como a estadualização ou federalização da FUNM nos anos 1980. Na presente produção, foi escolhido o movimento

---

\* Professor da Faculdade Promove de Janaúba. Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Email: adyhistoria@yahoo.com.br

<sup>1</sup>Este artigo constitui um recorte de alguns temas discutidos na dissertação. Para saber mais sobre o assunto ver: SOUZA, Andrey Lopes de. Os estudantes movimentam a cidade: trajetórias, lutas e memórias do movimentos estudantil em Montes Claros. 1980-1989. (Dissertação de Mestrado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2010.

protagonizado pelos estudantes, com objetivo de perceber as diversas formas assumidas pelo movimento na cidade. Como a história é um elemento fundamental para pensar o presente, corroboramos com Déa Fenelon (2006) quando ressalta o direito à memória como uma reivindicação vital que é capaz de promover a diversidade e as diferenças. Esse exercício contribui para entendermos nossa sociedade, principalmente quando visualizamos o movimento dos estudantes, em que, grande parte desses sujeitos hoje está em outros movimentos, lutas e espaços.

A década de 1980 indica um momento em que os estudantes estavam se organizando para uma luta que mudaria o rumo do ensino superior na região, a saber, a luta pela estadualização ou federalização da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM. A FUNM foi criada no dia 24 de maio de 1962 através da Lei Estadual 2615, de autoria do deputado Cícero Dumont. A efetiva transformação da FUNM na Unimontes, alcançando o objetivo dos estudantes de estadualizar as faculdades, ocorreu no dia primeiro de agosto de 1990. A lei estadual número 11517, de 13 de julho de 1994, reorganizou a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – do ponto de vista administrativo-funcional, extinguindo as faculdades e criando os Centros, a saber, o Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).<sup>2</sup>

A luta contra o aumento das anuidades e pela estadualização ou federalização da FUNM ganhou fôlego no início dos anos 1980, com ampla publicação de textos nos jornais que circulavam na cidade, sendo esse objetivo perseguido pelos estudantes ao longo de toda a década. Dessa maneira, a presente periodização remete aos anos 1980, pois essa luta pela estadualização ou federalização da FUNM foi o carro chefe das lutas estudantis e conseguiu reunir o maior número de partícipes em torno de um objetivo comum, sendo um momento importante o Decreto Estadual número 30971 do dia 09 de março de 1990, conforme disposto na Constituição Estadual de 1989, que instituiu a Unimontes.

Desde a década de 1980, a FUNM (atual Unimontes) recebe estudantes das cidades vizinhas como Janaúba, Pirapora, Francisco Sá, Capitão Enéas, São Francisco,

---

<sup>2</sup>Em 1963 surgiu a primeira unidade de ensino superior, intitulada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAFIL – que era ligada à Fundação Educacional Luiz de Paula – FELP. Em 1966, a FAFIL foi desligada da FELP. A primeira unidade de ensino superior integrada à FUNM foi a Faculdade de Direito – FADIR em 1965, posteriormente foi criada a Faculdade de Medicina – FAMED em 1969, em 1972 a Faculdade de Administração e Finanças – FADEC e em 1987 a Faculdade de Educação Artística – FACEART.

Coração de Jesus, dentre outros municípios da região. Atualmente, Montes Claros é considerada uma cidade universitária em virtude do relevante número de cursos superiores do setor público e privado que aqui são oferecidos. Estudantes do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Sul da Bahia, dentre outras regiões do estado e do país, procuram a cidade para dar continuidade aos estudos. O *slogan* da Unimontes é “Universidade de integração regional” visto que é a única universidade pública com sede na região.

A chegada de novos moradores, mesmo que temporários, para Montes Claros ocorre desde a primeira metade do século XX, quando correntes migratórias vindas do noroeste de Minas Gerais e do Nordeste com destino ao Sudeste do país, em passagem por Montes Claros, acabavam aqui se instalando na cidade. Montes Claros era um ponto de parada para esses migrantes, sendo que, muitos deles, por não possuírem condições para prosseguir a viagem, que duravam dias, acabavam por permanecer na cidade.(CARDOSO, 2008) Outro fator que contribuiu para a chegada de novos moradores na cidade foi à atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Esse órgão foi criado em 1959, pela lei 3.902, sendo que a partir de 1963 o Norte de Minas foi integrado oficialmente à Área Mineira da Sudene – AMS – e à Área Mineira do Polígono das Secas – AMPS. Com os incentivos fiscais da SUDENE, várias indústrias foram instaladas na cidade, o que contribuiu para a urbanização de Montes Claros.

### **“Estudantes movimentam a cidade e a produção acadêmica”**

A produção acadêmica, historiográfica e memorialística do movimento estudantil nos anos 1960 é vasta, indicando um prisma de memórias e percepções acerca das experiências estudantis no período. Esses textos produzidos, por um bom tempo, direcionaram as formas de pensar a problemática da pesquisa, que se baseava na busca da compreensão das participações dos estudantes nos últimos anos da ditadura militar e nos primeiros anos da democracia, a saber, a suposta transição. A referência desses trabalhos e memórias se refere ao ano de 1968, marco este que norteia e/ou norteou a produção dos trabalhos produzidos sobre o movimento estudantil desde então. O contato com os textos de Raymond Williams nos instigou a tratar os conceitos como problemas analíticos e também como movimentos históricos, que precisam ser pensados

em conjunto com a experiência social, o que contribuiu para levantar outras questões e indagar sobre o que vem a ser um movimento estudantil.

Os trabalhos produzidos sobre o movimento estudantil já nos instigavam a questionar alguns marcos, bem como (re) pensar os movimentos dirigidos pelos estudantes. João Roberto Martins Filho, no livro *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*, fruto de uma dissertação em Ciências Sociais, analisou a geração da década de 1960 e concluiu que é impossível atribuir à ação dos estudantes um caráter genérico e imutável. Segundo ele, em cada lugar e período, o Movimento Estudantil – ME – poderia assumir formas e conteúdos distintos. Por conseguinte, o autor questiona a imagem mítica disseminada pelos órgãos de representação estudantil, que afirmam que os estudantes estiveram, em todas as suas lutas, do lado do povo. Martins Filho ainda afirma que o ME é muito complexo para conceituações simplistas e que é preciso conhecê-lo melhor. (MARTINS FILHO, 1987)

Nessa esteira, o historiador José Alberto Saldanha de Oliveira, ao estudar o movimento estudantil alagoano, afirmou que:

o não existir de um caráter genérico de objetivos permanentes e imutáveis apontaria o questionamento do eixo Rio - São Paulo como centro determinista da prática estudantil e identificaria no estudo de experiências locais a possibilidade de questionar a ‘visão mitológica’ do movimento estudantil. (OLIVEIRA, 1994: 16.)

As propostas apresentadas por João Roberto Martins Filho e José Alberto Saldanha de Oliveira são instigantes para pensarmos o movimento estudantil, inclusive respondem a questões dos seus momentos de produção. Após a abertura política, os trabalhos produzidos sobre o movimento estudantil procuraram problematizar a participação dos estudantes na sociedade, bem como a União Nacional dos Estudantes – UNE –, despindo-os da roupagem de heróis nacionais. A contribuição desses trabalhos é inegável, uma vez que contribuíram, inclusive, para atribuir novos significados ao movimento estudantil, avançando nesse debate.

Essa relevante e também grande atenção atribuída ao “movimento estudantil de 1968” no eixo Rio-são Paulo acabou por criar uma memória sobre as movimentações estudantis no país que encerra as experiências vivenciadas nos anos 1960 em impressões e práticas genéricas, opacizando a vitalidade da presença dos diversos sujeitos sociais, sejam eles militantes inseridos ou não nos processos decisórios dos

grandes órgãos estudantis do momento.<sup>3</sup> Eventos, episódios e práticas eleitas como representativas do movimento evidenciados na produção acadêmica e memorialística acabaram por atribuir sentido e dar o norte da produção do conceito de movimento estudantil.

Interessa-nos descortinar essas formas de hegemonia que *a priori* a qualquer análise rotula e estigmatiza valores, experiências e modos de vida das pessoas. Uma realidade é induzida a ser lida a partir de outras experiências passadas. Esse processo de constituição de certos marcos históricos que, comumente, colabora para perpetuar formas expressivas de poder é advertida por Maria do Pilar Vieira, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury:

tais temas já trazem consigo uma relação de poder, uma carga de significados, que lhe foram atribuídos pelos atores no exercício de sua prática política. Trazem também um aval da historiografia que a endossa. Dessa forma tais temas são suportes de práticas concretas, com interesses concretos, detectáveis, mas que aparecem sob a chancela da objetividade, que escamoteia o lugar de onde a historiografia fala. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1991: 32)

Pensar presenças, movimentações, práticas e memórias que reportem a outras experiências, localizadas em outros espaços e temporalidades constituem o esforço de questionar marcos, palavras e frases que limitam o campo de análise do tecido gramatical possível na compreensão do movimento estudantil brasileiro.

Como os anos 1980 marcam um período de grandes debates e lutas em torno do fim da ditadura, bem como do planejamento dos futuros rumos do país com a elaboração da constituinte em 1988, logo, refletir sobre esse período acaba por vir a ser de grande valia.

Nos anos 80, a tônica do momento nas universidades era o crescimento do número de cursos superiores e faculdades particulares em todo o país, graças a políticas de incentivo por parte da Ditadura, evidenciadas desde a década de 1970. Em Montes Claros, esse foi o perfil de estudantes que se engajaram nas diferentes formas de luta política. Entre o repertório de reivindicações presentes na agenda estudantil, o não aumento das anuidades cobradas nas faculdades particulares e alternativas para sanar e/ou diminuir os efeitos da crise que ocorria no ensino superior eram episódios

---

<sup>3</sup> Trabalhos que pesquisaram a atuação dos estudantes em outras localidades fora do eixo Rio-São Paulo contribuíram para avançar nesse debate. Ver: SILVA Márcia Pereira da. **Em busca do sonho**: história, juventude e repressão: Franca - 1960-1970. Montes Claros: Unimontes, 2001.

recorrentes. A grande quantidade de notícias publicadas no Jornal do Norte, quanto à crise existente no ensino superior brasileiro, bem como no Norte de Minas Gerais, indica tribulações vividas pelos estudantes de todo o país desde décadas atrás.

Desse modo, o início da década de 1980 é marcado ainda por grandes esperanças dos líderes de representação estudantil locais, no tocante ao futuro do Movimento Estudantil-ME e à nova conjuntura política do país. Tal fato pode ser evidenciado no Jornal do Norte<sup>4</sup>, quando o coordenador geral da UEE-MG, Sidônio Paes Ferreira, em entrevista ao referido jornal em janeiro de 1980, afirmou que o ME passava por problemas, “mas eles estão longe de nos fazer esmorecer e enfraquecer”.<sup>5</sup> Para ele, o maior desafio do estudantado é a democratização da Universidade, e não a redemocratização, visto que ela nunca havia sido democrática. Os problemas vividos pelos estudantes, no dizer de Sidônio, referiam-se à crise por que passavam as universidades brasileiras, dentre elas também as públicas, bem como os estreitos ou nenhum espaço de participação política dos estudantes nas diferentes instâncias decisórias das faculdades.

Os jornais locais divulgavam a “crise universitária” que ocorria no Brasil que, na verdade, possuía relação com a inflação galopante, a dívida externa crescente, o desemprego e aumento no custo de vida que ocorria no país. Nos anos 1980 esse cardápio de dificuldades enfrentadas pelos brasileiros, as áreas relacionadas com a educação sofreram os baques desse momento.

No que toca a esse difícil momento vivenciado pelos brasileiros, em Montes Claros isso foi sentido, vivenciado e enfrentado de diversas maneiras. Quanto ao ensino superior, às diversas manifestações e movimentações empreendidas pelos estudantes contra o aumento das anuidades e pela estadualização ou federalização da FUNM constituem parte do enredo vivenciado na cidade.

O ensino superior privado nos anos 1980 estava sob supervisão do Conselho Federal de Educação, sendo que dentre as suas atribuições estava o processamento

---

<sup>4</sup>As reflexões apresentadas acerca da imprensa são fruto de discussões realizadas na disciplina Seminário de Pesquisa da Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” do mestrado em História Social da UFU, que foram problematizadas pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa e incorporadas na escrita da dissertação. BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. *Famintos do Ceará*. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (orgs.) *Muitas memórias, outras Histórias*. São Paulo: Olho D`água, 2004, p.94-115. Ver: CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História. São Paulo, n.35, jul/dez, 2007, p. 255-272. WILLIAMS, Raymond. *A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica*. Projeto História. São Paulo, n.35, jul/dez 2007, p. 15-26.

<sup>5</sup>APAMF. Jornal do Norte, 04 de Janeiro de 1980, p.3.

burocrático de criação de novos estabelecimentos e os “movimentos espasmódicos no sentido de tentar frear a expansão do ensino naquelas áreas que mais afetam as profissões estabelecidas”. (SCHWARTZMAN; DURMAM; GOLDEMBERG, 2000: 30) Conforme João Roberto Martins Filho, a Ditadura Militar, desde os anos 1960, investiu nas áreas diretamente produtivas do país, em que não estava incluída a Educação, o que foi um dos fatores que barrou a expansão do ensino superior público e provocou a luta dos excedentes, ou seja, os estudantes que passavam no vestibular e não encontravam vaga para ingressar nas faculdades. O autor afirma que as aspirações frustradas da classe média de ascender socialmente via ensino superior contribuíram para sua insatisfação com o governo. Além do mais, os militares propunham a reforma universitária que previa a transformação das faculdades públicas em fundações, ou seja, privatizá-las. Esses fatores contribuíram para o crescimento do número de faculdades particulares em todo o país. Dentre outros fatores, Simon Schwartzman, Eunice Durham e José Goldemberg afirmam que:

No nível superior, ao contrário, a expansão relativamente pequena do setor público, controlada pelos exames de ingresso e pela manutenção de padrões de seletividade relativamente altos em muitas instituições, permitiu que o sistema privado se expandisse para atender sobretudo à uma clientela cujas condições educacionais prévias não permitiam o acesso às universidades públicas. (SCHWARTZMAN; DURMAM; GOLDEMBERG, 2000: 30)

Essa assertiva dos autores nos instiga a uma reflexão. Como nesse momento o número de escolas de nível secundário cresceu em virtude principalmente do ensino de não tão boa qualidade da escola pública, os estudantes, cujos pais possuíam condições financeiras para pagar, foram matriculados em escolas particulares. Como o ingresso em uma universidade pública era difícil e sua expansão pequena, logo os bancos dessas faculdades eram ocupados pelos candidatos que tivessem melhor preparação para o seu ingresso. Assim, a universidade pública era ocupada principalmente por pessoas que possuíam condições financeiras. A atualidade dessa questão indica a vitalidade do tema no presente, bem como a importância de se discutir o acesso ao ensino público.

O Norte de Minas Gerais nos anos 1980 possuía apenas a FUNM que abrangia os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Sul da Bahia. O ingresso dos estudantes menos abastados nas faculdades era dificultado pelos altos preços das mensalidades. Como a educação superior era encarada como instrumento de mobilidade social e incremento de renda, logo, era grande a demanda por ingresso nas universidades

públicas, “e a persistência das matrículas nas universidades privadas, mesmo as de menor qualidade, em uma situação de prolongada estagnação econômica como a que existe desde o início dos anos 80.” (SCHWARTZMAN; DURMAM; GOLDEMBERG, 2000: 30)

No período em questão, Montes Claros possuía algumas faculdades particulares que juntas formavam a FUNM. Em novembro de 1965, a FADIR foi a primeira unidade de Ensino Superior a ser encampada à FUNM; em dezembro desse mesmo ano, foi a vez da FAFIL, que funcionava desde 1963, e era mantida pela Fundação Educacional Luiz Paula – FELP. A FAMED foi criada em 1969; depois a FADEC, em 1972; e, por último, a FACEART – Faculdade de Educação Artística, em 1986. Conforme Alex Fabiano Jardim, Carla Barbosa, Dimas Batista e Fábio Antunes Vieira,

dos anos 80 em diante a FUNM se fortaleceu pelo trabalho de toda a comunidade que se interessava pela expansão do ensino superior na região, num trabalho conjunto e suprapartidário, sem se constituir por um nome, de forma personalista, mas ao contrário, numa proposta muito maior que tinha como principal interesse a sua constituição enquanto Universidade Regional. (JARDIM; BARBOSA; BATISTA; ANTUNES, 2002: 32-33.)

Essa passagem condiz com o que acreditamos ser representativo da história da FUNM nesse momento, no entanto a memória oficial disseminada não corrobora com essa assertiva em sua concretude de forma completa. A história da cidade conhecida evidencia a direção de um grupo de famílias de grandes proprietários de terra, médicos e advogados que se queriam postar como os dirigentes e narradores da história da região. Essa veemente contrariedade dos autores citados quanto a essas memórias oficiais não é sequer rompida no livro comemorativo do qual fazem parte, pois os movimentos sociais são deixados de lado como sujeitos de potência de uma história. O fato de o livro ter sido encomendado em caráter comemorativo revela o porquê dos sentidos atribuídos pelo lugar social de produção dessa obra. Desse modo, podemos tomar nota de que memórias foram dotadas de força operando na sociedade montes-clarense de tal forma que opacizaram outros processos sociais.

Ao longo dos anos 80, o Jornal do Norte editou reportagens e notícias avaliando a situação do ensino superior no Norte de Minas Gerais. Esses textos indicavam que o ensino superior em Montes Claros era precário, assim como “um pálido reflexo do que



se passava com as universidades do Brasil”.<sup>6</sup> As edições de abril e agosto da revista *Montes Claros em foco*, no ano de 1979, trazem reportagens em que é possível perceber um balanço da situação do ensino superior na cidade. Na edição de abril, uma reportagem com quatro páginas descreve desde o primeiro parágrafo que a crise do ensino prejudica o desenvolvimento da região, sendo que a federalização era um anseio de todos. Felipe Gabrich, então presidente do DA-FADEC, assinou a reportagem da retrospectiva da crise universitária:

A Fundação Universidade Norte de Minas, desde o primórdio de sua criação, sofre de um mal de nascença que a incomoda até os dias atuais e ameaça constantemente a sua sobrevivência: a falta de recursos financeiros. O erro, digamos, foi de berço. Primeiro, porque o ensino superior em Montes Claros foi gerado num clima de sonho de alguns educadores mais dedicados, fustigados pela necessidade que se impunha diante do exorbitante crescimento da população da cidade e pela ameaça que pairava sobre centenas de jovens que, não tendo pais ricos, teriam que encerrar sua carreira escolar após a conclusão do curso científico. Somente os privilegiados seriam mandados para a capital, como ocorria até então, onde poderiam ingressar numa faculdade.<sup>7</sup>

A FUNM foi criada por membros do poder econômico e político local, como João Valle Maurício, Mário Ribeiro, Hermes de Paula, Ávila de Oliva Brasil, dentre outros. Cada uma das faculdades foi criada também por filhos e detentores do poder local, como advogados, médicos, economistas, fazendeiros, professores (as) e políticos que se engajaram para trazer o ensino superior para a região. Desse modo, podemos localizar a passagem acima a partir de um esforço de colocar a criação da FUNM como interesse de atender aos jovens da região, de forma a criar uma memória positiva dos criadores da fundação que, na verdade, também tinham interesses envolvidos no momento.

Não podemos deixar de levar em conta que os assinantes dessa revista, em sua maioria, eram políticos locais, médicos, advogados, proprietários de terra e seus filhos. Nessa passagem, percebemos a construção de discursos da criação da FUNM que, por conseguinte, constroem memórias da cidade e que, em proveito das ações de alguns sujeitos sociais, despotencializam outros. A vinda do ensino superior para a região é pontuada como se ocorresse para beneficiar a população como um todo, mas apenas quem possuía condições econômicas para pagar os seus estudos poderia ingressar na

---

<sup>6</sup>APAMF. Jornal do Norte, 11 de Janeiro de 1980, p.5.

<sup>7</sup>ACCHP (Arquivo do Centro Cultural Hermes de Paula). Revista Montes claros em foco. Abril de 1979, p. 26.

faculdade. Como o apelo para a vinda do ensino superior teria de ser genérico, abarcando o máximo de pessoas possíveis para sensibilizar a sociedade na aprovação da iniciativa, esse recurso foi utilizado nas reportagens que foram publicadas nos periódicos. Assim, a revista retrata os diversos problemas estruturais da cidade, como falta de saneamento básico e, ao mesmo tempo, defende o ensino superior para a cidade, sendo que, apenas uma pequena parcela dessa sociedade conseguiria ter acesso à educação superior.

Percebemos que os grandes investimentos da SUDENE, somados à urbanização e industrialização de Montes Claros, repercutiram de diversas formas no itinerário de vida dos moradores da cidade. Por isso, é notória a publicação de diversos textos nos periódicos locais que construam discursos girando em torno do desenvolvimento na região, seus problemas e potencialidades como cidade polo regional (a cidade era e/ou é referência em tratamento de saúde, educação e outros, sendo que isso também faz parte de investimentos de diversos sujeitos para criação dessa nomenclatura). Nesse sentido, a questão do ensino superior ganhou expressividade como um dos fatores necessários para o crescimento da região. Uma cidade que recebia grande volume de recursos precisava se organizar para se mostrar preparada para ser o lócus do referido progresso.

Nessa mesma reportagem, o então “combativo” presidente do DCE, Miguel Vinícius, no ano de 1979 foi convidado para falar sobre a crise universitária e a saída de João Valle Maurício da direção da FUNM, pelo fato de não conseguir contornar os problemas da instituição. Ele que assinava matérias no Jornal do Norte e participou da fundação do PT em Montes Claros em 1979 possuía discurso esquerdista, destacando a má remuneração dos professores e a “exploração” dos estudantes como as principais deficiências da entidade. A omissão do governo e a crise financeira existente, uma vez que os estudantes não tinham como arcar com as despesas da FUNM, compunham o quadro de dificuldades vividas pelo educandário: “Por isso mesmo é que acho que falar que vai reestruturar a entidade sem federalizá-la é conversa fiada, a não ser que o governo estadual destine verbas para o pagamento dos professores e para a manutenção administrativa da entidade”.<sup>8</sup>

A presença do estudante assinando matérias n Jornal do Norte pode ter relação com o fato do mesmo estar filiado no PT, partido que tinha forte ligação com o PMDB em que Luiz Tadeu Leite era forte liderança e ligação direta com o referido periódico. O

---

<sup>8</sup>ACCHP. Revista Montes claros em foco. Abril de 1979, p. 25.

convite ao estudante e jornalista do Jornal do Norte, Miguel Vinícius, para dissertar sobre a referida situação deve-se ao fato de que existiam interesses comuns em jogo que, no caso, seria a melhoria do ensino superior na região. Quando os interesses confluíam para a mesma direção, aí sim havia união entre os diversos grupos que transitavam pela cidade. No entanto, mesmo assim, injunções vividas no social ganhavam corpo na imprensa da cidade, constituindo esses momentos de elementos que elaboravam sociabilidades e compunham um jogo de correlação de forças que iam ao encontro de anseios e interesses projetados por diversos sujeitos sociais.

Laurindo Mékie Pereira pontua a viagem de trem dos médicos Dr. Maurício e Dr. Mário e o engenheiro e professor de História Simeão Ribeiro Pires, que foram ao Conselho de Educação procurar alternativas para solucionar os problemas da FUNM.

Como a viagem era longa, os professores universitários acabaram se juntando aos prefeitos e a prosa ficou mais animada. ‘As coisas vão melhorar’, dizia Dr. Maurício: ‘A SUDENE e o ensino superior vão desenvolver nossa região, não podemos perder o espírito de mineiridade’. (PEREIRA, 2007: 115.)

Em tese de doutoramento, Laurindo Pereira pontuou que século XX foi cognominado o momento em que as classes dirigentes do Norte de Minas foram “agentes do processo modernizador durante o qual construíram uma ideologia regionalista que, compartilhada pelos mais influentes órgãos da sociedade civil, atraindo e agregando intelectuais, jornalistas, burocratas, tecnólogos, escritores e professores, permitiu a evolução de uma simples ação corporativa, nas décadas de 1940 e 1950, para o exercício da hegemonia nas décadas do século XX” (PEREIRA, 2007: 10). Nesse contexto, frações dessas classes se reuniram em torno de uma ideologia regionalista que reivindicaram benefícios para a região com a inserção do Norte de Minas Gerais na área da SUDENE, o que ocorreu em 1965, bem como em maiores investimentos na educação, dentre elas a superior. Desta forma a luta pela estadualização ou federalização constituiu também uma bandeira de luta de muitos políticos que, de certo modo, acabou por opacizar a atuação dos estudantes em torno desta luta.

Para uma cidade que estava recebendo investimento da SUDENE, era interessante possuir uma faculdade que apresentasse as mínimas condições de receber os futuros moradores que chegavam com as novas fábricas. Uma cidade que se queria mostrar industrializada no mínimo teria que ter uma faculdade que representasse a educação de qualidade e a possibilidade de formar profissionais para a região em vez de

continuar a ser dependente de outras regiões para os interessados prosseguirem com os estudos. Desse modo, era interessante para os diversos grupos que compunham a cidade procurar alternativas para solucionar os problemas econômicos da FUNM, bem como conseguir a estadualização ou federalização da fundação.

Na reportagem da edição de junho de 1979 da Revista *Montes Claros em Foco*, o título emblemático “Estudantes da FUNM ultrapassados pelo tempo”, em que novamente Miguel Vinícius foi entrevistado, o tema da crise universitária voltou à cena no periódico. O presidente do DCE se reuniu com os representantes dos demais DAs, objetivando procurar alternativas para os problemas existentes na instituição. Foi citada novamente a questão da federalização ou estadualização da FUNM, ocasião em que Miguel Vinícius enfatizou o desestímulo dos estudantes quanto a essa luta.

Como essa era uma luta que abarcava interesses comuns dos diferentes grupos existentes na cidade, foi embutido no discurso presente dos periódicos a ideia de que era uma luta de toda a sociedade montes-clarense. Por isso, foram escritas frases de efeito como: “a boca do povo ainda fala que a esperança é a última que morre”. Miguel Vinícius ressaltou que “não vamos desanimar, vamos ver o que podemos fazer para, pelo menos, permitir que as nossas faculdades sobrevivam, mesmo precariamente, mas sobrevivam”.<sup>9</sup>

A entidade estudantil procurava incorporar as demandas que surgiam no cotidiano dos estudantes e projetavam aquelas como integrantes de suas agendas políticas. Os estudantes que estavam envolvidos nas entidades transitavam pelos corredores e estavam nas salas de aula e, por conseguinte, acabavam por tomar conhecimento dos problemas vividos no cotidiano estudantil, até mesmo porque eles vivenciavam a faculdade em todas as suas dimensões. Esse contato favorecia que as demandas acalentadas pela base se fizessem ouvir de alguma maneira.

As dificuldades financeiras por que a FUNM passava, bem como o crescente aumento dos preços das anuidades nas faculdades particulares foram a mola propulsora para o surgimento de diversas alternativas de se contornar essa situação. A luta contra o aumento das anuidades ou a luta pela estadualização ou federalização da FUNM foram algumas das formas de enfrentamento dessas dificuldades. Os estudantes se engajaram nessas duas faces da luta, embora elas representem pontos diferentes. A luta contra o aumento das anuidades, de certa forma, provocava o embate entre estudantes e

---

<sup>9</sup>ACCHP. Revista Montes claros em foco. Junho de 1979, p.58.

faculdades, já a outra confluía para uma forma de luta a partir de interesses comuns. Vale lembrar que as entidades estudantis também defenderam a luta contra o aumento das anuidades, mas a luta pela estadualização ou federalização foi a bandeira que conseguiu arregimentar o maior número de adeptos.<sup>10</sup>

Essas reflexões nos levam a (re)pensar a luta pela estadualização ou federalização da FUNM, na medida em que podemos perceber a renovação e recriação constante de discursos que giram em torno da defesa dessa luta que, supostamente, atenderia às demandas dos estudantes da cidade. As edições da Revista *Montes Claros em foco*, citadas anteriormente, confluíram para construir a noção de que todos os moradores da cidade estavam unidos nessa reivindicação. Como bem declarou Miguel Vinicius: “a boca do povo ainda fala que a esperança é a última que morre”.<sup>11</sup> O povo e os estudantes, palavras recorrentes, são mencionadas nesses textos, a fim de dotar essa luta de um caráter uno e popular. Lembrando que a maioria da população do Norte de Minas Gerais não possuía condição alguma de ingressar sequer no ensino médio, além de que o acesso ao ensino superior era ainda mais dificultado também devido ao alto custo. Nesse momento, pequena parcela da população conseguia ter acesso ao ensino superior, principalmente porque no Norte de Minas Gerais havia apenas a FUNM, que era particular. Quanto ao ensino primário, ainda percebia-se grande parcela da população que vivia no campo em idade escolar e que acabava por trabalhar para complementar a renda da casa.

Apesar de ser particular, a FUNM passava por dificuldades financeiras, e, inclusive, em vários momentos, havia desistência de alguns alunos dos cursos, devido à falta de condições de quitar as mensalidades. A crise da FUNM não é um fato exclusivo dos anos 80, uma vez que, desde sua criação, no início dos anos 60, a instituição já passava por dificuldades financeiras quanto ao seu pleno funcionamento. A primeira página do Jornal Diário de Montes Claros, do dia 16 de agosto de 1977, abre o jornal com destaque da matéria “Painel mostra acertos e desacertos da FUNM”, em que foi

---

<sup>10</sup>Raymond Williams nos inspira a pensar esses processos de incorporação na medida em que afirma que a hegemonia é um processo ativo, que é vivido e compartilhado pelos sujeitos sociais em um terreno comum, sendo que ela precisa ser renovada, recriada, defendida e modificada continuamente. Ela não é simplesmente um conjunto de características e elementos dominantes. “Pelo contrário, é sempre uma organização mais ou menos adequada, e uma interligação de valores, práticas e significados que de outro modo estão separados e são mesmo díspares, e que ela especificamente incorpora numa cultura significativa e numa ordem social efetiva.” WILLIAMS, Raymond. Conceitos de “Hegemonia” e “Dominante, residual e emergente”. In: **Marxismo e Literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar. Rio de Janeiro: 1979, p.118.

<sup>11</sup>ACCHP. Revista **Montes Claros em foco**. Junho de 1979, p.58.

explanado sobre as dificuldades da fundação em sua constituição como instituição de ensino superior. Nessa mesma página está a matéria “CODEVASF discutirá projeto de irrigação em 2 dias” e “Em apenas uma semana carne sobe duas vezes”. A partir desses textos, podemos visualizar as transformações vivenciadas na cidade. Um momento em que os brasileiros sentiam os impactos da inflação que provocou o aumento do preço da carne duas vezes em uma semana, produto este do cotidiano dos moradores do país. Além disso, havia o debate sobre a criação de projetos de irrigação para o Norte de Minas, em função da integração da região à Área da SUDENE. Essas situações constituem o enredo da “crise financeira” que ocorria na cidade e no país, mas que, também, repercutia na FUNM. Afinal, uma faculdade era um investimento interessante para uma cidade que recebia recursos via SUDENE.

Em razão dessas dificuldades, ao longo do tempo, foram forjadas alternativas na busca de tentar diminuir os problemas existentes. Tanto que, desde meados dos anos 1970, foi criado o movimento “SOS FUNM”, que, tendo sido evidentemente presente na década seguinte, incitava os estudantes universitários a enviar telegramas para autoridades políticas estaduais e nacionais com pedido de verbas e, também, pela estadualização ou federalização da instituição. Sendo assim, várias eram as formas de contornar a crise existente no ensino superior. O aumento das anuidades era o fator que emperrava a possibilidade de os estudantes da cidade conseguirem ingressar e concluir os cursos superiores, bem como o elemento que os incentivava a se mobilizarem em uma luta maior.

Eram várias as maneiras utilizadas pelos estudantes para solicitar melhorias para o ensino superior, bem como participar e integrar os espaços influentes da política na cidade. Quando o presidente Figueiredo veio inaugurar a Rodoviária, Raimundo Avelar (diretor da FUNM) e Paulo Reis de Oliveira (presidente do DCE) entregaram a ele um documento solicitando ao governo federal benfeitorias para o ensino universitário no Norte de Minas. Outra cópia foi entregue ao governador Francelino Pereira dos Santos, solicitando apoio para a federalização da FUNM, por meio de promessas do MCE – Programa de melhoria e expansão do Ensino Superior. Segundo eles: “a injeção de recursos trará efeitos multiplicadores na economia regional, traduzindo-se ainda em mais um instrumento para resolver as disparidades regionais”.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>APAMF. Jornal do Norte, 04 de Outubro de 1980, p. 03.

As críticas contra o aumento das anuidades estiveram presentes em toda a década de 1980. O aumento das anuidades, divulgado para o segundo semestre em 1981, foi previsto por todo um clima de possível desistência dos universitários de dar prosseguimento aos estudos. O DCE afirmava que o meio acadêmico não iria suportar tais majorações, devido ao crescente índice de desemprego e à saturação do mercado profissional. O presidente do DCE no ano de 1981, Paulo Reis, quanto teve oportunidade de opinar sobre o referido fato no Jornal do Norte, no mês de junho, criticou os universitários da cidade:

O universitário de Montes Claros deve deixar de lado um pouco da sua comodidade e participar efetivamente da vida acadêmica que está a exigir sua participação, sob pena de receber, por omissão, tais majorações e tratamento indignos para aqueles que constituem a futura elite pensante da nossa cidade.<sup>13</sup>

Como se pode notar, Paulo Reis critica o desinteresse dos universitários de Montes Claros, quanto às majorações. O fato de ele formular essa crítica revela que havia opiniões e posicionamentos diferentes entre os estudantes no que tange a essa luta. Naquele momento, as propostas de greve e de uma luta única foram ventiladas não apenas na FUNM, como em todo o estado, mas essas foram propostas aparentemente mais acalentadas entre as entidades estudantis da FUNM, do que dos universitários que não possuíam uma ligação direta com os diretórios. É possível ainda que tenha ocorrido uma distância considerável entre a cúpula dos diretórios e a base do meio estudantil. Mesmo assim, em vários momentos, o estudantado, em conjunto com entidades, reivindicou e empunhou várias bandeiras de luta, como a solicitação de um Hospital escola organizado pelo DA-FAMED e a solicitação ao governador Francelino Pereira para a estadualização da FUNM quando este veio discutir sobre o sistema de água potável no rio Verde Grande.<sup>14</sup>

Para se livrar dos altos preços das anuidades, os estudantes reivindicavam o crédito educativo para contribuir com o pagamento das mensalidades do seu curso. No dia 30 de maio de 1981, o Jornal do Norte publicou reportagem sobre o tema. Em 1981, o crédito educativo teve um aumento de 62% ao ano de juros para os alunos. O presidente do DA-FAFIL, José Geraldo, comentou que, para a situação de crise do ensino, a solução seria que os juros do crédito fossem de 20% e oferecidos a todos os universitários. Nessa reportagem, ele afirmou que: “o crédito educativo não é a solução

<sup>13</sup>APAMF. Jornal do Norte, 17 de junho de 1981, p. 03.

<sup>14</sup>APAMF. Jornal do Norte, 26 de junho de 1981, p. 03.

mais viável, pois, com estas mensalidades altas, mais cedo ou mais tarde, o aluno terá que pagar, além do acúmulo de juros, não sabendo o estudante se realmente o crédito está sendo um benefício ou não”.<sup>15</sup>

Não foi apenas o ensino superior que estava em crise com o crédito educativo. Devido ao fato de muitos alunos não terem retornado o empréstimo depois que concluíram o curso, a política do crédito era cada vez mais seletiva e rigorosa com relação à cobrança do empréstimo. No segundo semestre de 1983, o crédito das faculdades de Montes Claros foi suspenso, possivelmente devido à falta de pagamentos dos estudantes. Então, o estudantado mobilizou-se para manutenção pró-crédito, junto ao Ministério da Educação.

Com o aumento das anuidades, a reivindicação pelo crédito educativo tornou-se uma alternativa para os estudantes que não tinham condições de pagar pelo curso superior. Em uma carta da estudante Maria Cecília, publicada no Jornal do Norte, em novembro de 1983, essa situação foi claramente evidenciada. A carta intitulada “Crédito Educativo: sonho ou ilusão” mostra o desabafo da acadêmica:

O ‘descrédito’ educativo diminui a cada momento a turma de estudantes que todos os dias marcham na direção das faculdades(nossa casa de espelhos, nossas várias faces). A desistência nos parece um processo natural na vida, mas ela não é natural e muito menos um processo. Desistir é um violento golpe de esquerda no direito de insistir. Parar de estudar e trabalhar(onde?) Trabalhar e parar de estudar(Por quê?).<sup>16</sup>

A crítica à política do crédito educativo é notória, assim como o desabafo da estudante quanto às dificuldades por que passam as pessoas que não têm condições de estudar em uma escola particular e depois ingressar numa universidade pública em outra cidade. É, pois, interessante também a frase “para de estudar e trabalhar(onde?)”, haja vista que ela indica a falta de emprego que afetava os jovens da cidade no período, principalmente os que possuíam apenas o ensino básico. O crédito educativo estava passando por subtrações que afetavam os estudantes, principalmente os que dependiam dele para estudar. A crise do crédito fez com que o número de bolsas diminuísse, acarretando na desistência de parte dos estudantes. Essa constituiu uma luta dos estudantes, que ganhou maior força nos anos 1980, tendo como palco as faculdades particulares.

---

<sup>15</sup>APAMF. Jornal do Norte, 30 de maio de 1981, p.03.

<sup>16</sup>APAMF. Jornal do Norte, 17 e 18 de novembro de 1983, p.04.



As políticas do Crédito Educativo estavam sofrendo alterações, principalmente com a diminuição do número de bolsas, tanto que foi suspenso no segundo semestre de 1983, haja vista que a falta de pagamento de muitos dos egressos possivelmente foi um dos fatores principais. É, pois, notório que nesse período o Brasil passava por um momento de altas taxas inflacionárias e dívida externa crescente. No início do ano de 1983, o país assinou com o FMI uma “carta de intenções” em que se comprometia a cumprir algumas metas. Dentre essas metas, foi prevista a redução do crédito, do déficit público, a desvalorização da moeda e restrições aos aumentos dos salários.<sup>17</sup>

O agravamento da inflação e aumento do custo de vida evidenciado principalmente em 1983 acabaram por ganhar expressão na política do Crédito Educativo e na vida desses estudantes que já possuíam dificuldades para quitar as mensalidades da FUNM. A referência ao desemprego e as dificuldades de ingressar e concluir um curso superior, bem como as inúmeras referências nos jornais pesquisados sobre o aumento do preço da água, da carne nos açougues, da “crise universitária” e das lutas contra o aumento das anuidades e pela estadualização ou federalização da FUNM, revela um emaranhado social vivenciado no país pela busca de alternativas para conseguir driblar esse difícil momento e, porque não afirmar, pela defesa da educação de qualidade, pública e gratuita.

No entanto, a luta contra o aumento das anuidades repercutiu com maior intensidade, na busca de soluções concretas para resolver o impasse da crise universitária vivenciada por todo o país. Essa foi a principal bandeira dos estudantes editada várias vezes pelo Jornal do Norte ao longo dos anos 80. O presidente do DCE, Paulo Reis, mobilizou várias vezes o meio estudantil contra o aumento das anuidades, divulgando, inclusive, a possibilidade de greve. No dia 12 de agosto de 1981, o Jornal do Norte publicou notícia sobre uma possível greve:

A decisão pela greve dos estudantes é fruto do CONEB-Conselho Nacional de Estudantes, realizado em Campinas, São Paulo, em fins de julho. O conselho previa várias reivindicações, entre elas, subsídios para escolas particulares e reconhecimento da UNE e UEEs.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup>Nesse momento, o governo passou a controlar as negociações salariais e distribuir as perdas entre as diversas faixas salariais. Com isso houve agravamento no desemprego, aumento da dívida externa e inflação crescente, que provocou greves em diversos setores (professores, médicos e funcionários públicos pelo aumento dos salários) e saques a supermercados em pequenas e médias cidades. RODRIGUES, Marly. **A década de 80**. Brasil, quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1994.

<sup>18</sup>APAMF. Jornal do Norte, 12 de agosto de 1981, p.03.

Posteriormente, a greve estudantil iniciou-se em 27 de agosto de 1981, não contando com nenhum apoio direto de entidades do estado ou país. Os estudantes andaram pelas ruas da cidade, saindo da Praça Doutor Carlos com gritos inflamados reivindicando, à FUNM e ao governo, melhores condições de ensino. Após quinze dias, a greve terminou com votos de confiança dos estudantes quanto às promessas do prefeito Antônio Lafetá e do governador de ajudar a FUNM.

A comunidade acadêmica, procurando alternativas para melhoria do ensino superior, reuniu-se com políticos locais. Alguns pontos dessa reunião foram publicados no Jornal do Norte no dia 05 de abril de 1983. Em reunião com Luiz Tadeu Leite, eles reivindicaram ajuda para construção do prédio da FADEC e ampliação do ambulatório da FAMED e outros.<sup>19</sup> Uma alternativa foi apresentada pelo estudante Carlos Magno, do Curso de Direito, que foi publicada na primeira página do Jornal do Norte no dia 05 de agosto de 1983, propondo que os representantes dos quatro DAs (FAFIL, FAMED, FADIR e FADEC) formassem uma comissão para acompanhar de perto a tramitação do projeto do deputado Humberto Souto, que pediu a federalização da FUNM.<sup>20</sup>

Como os problemas enfrentados pela FUNM sempre giravam em torno da crise financeira enfrentada pelas faculdades particulares de Montes Claros, as discussões a respeito das anuidades foram várias vezes divulgadas pelo Jornal do Norte. Tanto que foi marcado o 1º Congresso Municipal de Estudantes Universitários da cidade, que tinha como proposta fortalecer a luta pela federalização ou estadualização da FUNM. Os acadêmicos atribuíram a crise financeira ao aumento das anuidades: “Por isso, pretendem ir aos governantes, em nome da classe universitária regional, e cobrar ao menos a estadualização da instituição como forma de minimizar as carências já verificadas com os estudantes norte mineiros”.<sup>21</sup>

A charge abaixo, elaborada por um estudante na gestão do DA-FAFIL em 1984, expressa a crise evidenciada na FUNM e na faculdade. Nesse momento, foi exposto que os estudantes não suportariam os aumentos e, por isso, os estudantes procuraram trazer à tona sua insatisfação de diversas formas.

---

<sup>19</sup> APAMF. Jornal do Norte, 05 de abril de 1983, p.03.

<sup>20</sup> APAMF. Jornal do Norte, 05 de agosto de 1983, p.01.

<sup>21</sup> APAMF. Jornal do Norte, 24 de janeiro de 1985, p.03.

Figura 01



Charge produzida por um estudante não identificado do DA-FAFIL no ano de 1984, retratando a luta contra o aumento das anuidades. A charge está disponível no CAHis.

Naquele momento, a ordem do dia era ocupar diversos espaços e reivindicar participação efetiva das diversas instâncias decisivas da cidade. As reivindicações e lutas dos estudantes passaram por vários pontos, desde a estadualização ou federalização da FUNM, a participação da eleição do diretor das faculdades particulares, até as questões relacionadas a mudanças regimentais feitas no processo avaliativo dos acadêmicos. Na charge, o prédio da FAFIL é implodido pelo peso do aumento e a coruja abandona sua casa. O prédio desmorona e sua identificação vai ao chão. Mas há um imperativo que conclama: “Diga não”. Os anos 1980 foi um período difícil para o brasileiro em virtude da inflação, alto custo de vida, arrocho salarial e desemprego crescentes. A charge constitui uma forma de os estudantes contestarem e enfrentarem essas dificuldades, ou seja, a arte como forma de luta.

No tocante à luta pela estadualização ou federalização, o DCE, em dezembro de 1986, é criticado por não ter ido à imprensa se posicionar e mobilizar o meio acadêmico.<sup>22</sup> No ano de 1986, o DCE e demais entidades quase não apareceram nas notícias editadas pelo Jornal do Norte, o que explica a crítica realizada. Nesse momento, as entidades estudantis diminuiriam o número de aparições, percebidas na segunda tabela do capítulo três. No entanto, no ano de 1987, nota-se um aumento no número de reportagens editadas, citando a participação das entidades estudantis, em especial as lutas com respeito ao pedido de melhorias para o ensino superior.

<sup>22</sup>APAMF. Jornal do Norte, 11 de dezembro de 1986.

Em 1987, Marcos Fábio de Oliveira estava à frente do DCE da FUNM. Conforme ele, o diretório teve uma posição marcante nesse período, pois pouco se falava da luta pela estadualização. O desejo acalentado pela comunidade era a federalização das faculdades particulares de Montes Claros. O entrevistado afirmou que se falava muito em federalização, pois os modelos e parâmetros de escolas que se tinham eram as federais, e o exemplo mais próximo da região de universidades estaduais eram as da Bahia, onde se cobravam mensalidades.<sup>23</sup> Marcos Fábio disse que tinha em mente o modelo das estaduais paulistas, como a USP – Universidade de São Paulo –, UNESP – Universidade Estadual Paulista – e UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas –, as quais possuíam uma excelente posição de qualidade. Para ele, embora a luta pela estadualização tenha se iniciado no início dos anos 80, foi em 1987 que ela ganhou maior fôlego.<sup>24</sup> O entrevistado interpretou o que viveu produzindo sentidos e conceitos sobre suas vivências no movimento estudantil. Como líder estudantil, ele procurou traçar temporalidades sobre os processos que aconteciam naquele momento, sendo que marcos são produzidos nomeando experiências sociais. O maior fôlego das lutas sociais pela estadualização ou federalização da FUNM, a partir de sua fala, ganhou expressividade em 1987, momento de sua gestão à frente do DCE.

Andrey: Você participou da luta pela estadualização ou federalização da FUNM?

Marcos Fábio: [...] O próprio DCE, no início dos anos 80, já tinha lançado a bandeira de estadualização, mas ela tinha sido apagada. E, na época, a federalização ganhou fôlego porque, principalmente, tinha sido criado a Universidade Federal de São João Del Rei, que na época a luta pela federalização ganhou fôlego. E... é... chegou até a ser aprovado uma lei autorizativa de iniciativa do deputado Humberto Souto, onde autorizava o governo Sarney a criar a Universidade Federal do Norte de Minas. A lei autorizava, ela foi aprovada, no entanto não foi implementada.<sup>25</sup>

A luta contra o aumento das anuidades e a luta pela estadualização ou federalização da FUNM completavam-se na medida em que a segunda reivindicação era uma providência para acabar com a crise que havia sido instalada nas faculdades particulares de Montes Claros. Marcos Fábio Oliveira disse que o combate ao aumento das mensalidades ajudava na integração dos estudantes e, por isso, foi uma

---

<sup>23</sup>OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. Depoimento cedido a Andrey Lopes de Souza.(Fit. Mag.). 10 de novembro de 2006.

<sup>24</sup>OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. Depoimento cedido a Andrey Lopes de Souza.(Fit. Mag.). 10 de novembro de 2006.

<sup>25</sup>OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. Depoimento cedido a Andrey Lopes de Souza.(Fit. Mag.). 10 de novembro de 2006.

reivindicação presente na trajetória do movimento estudantil montes-clarense. As estratégias para pleitear alguma verba do governo estadual ou federal foram variadas. Por diversas vezes, o DCE incitava os universitários, em especial os calouros que estavam chegando às faculdades, para enviarem telegramas aos políticos do Estado e do país pedindo melhorias para o ensino. Essa era uma medida utilizada para integrar todos os estudantes nas lutas do movimento estudantil, a fim de buscar uma aproximação dos diretórios estudantis e sua base. As calouradas, os eventos esportivos e as palestras eram realizados com teor politizado, com a finalidade de informar e buscar mais adeptos pela luta contra o ensino pago.

Outra estratégia utilizada para chamar a atenção dos estudantes foi o esporte. Além de ser utilizado como integração, tinha um viés reivindicatório. No caso da XV Olimpíada Universitária de Montes Claros, o DCE afirmou que quem ganhasse a competição receberia o troféu “Federalizar já”. Percebe-se então a estratégia do diretório de disseminar esse objetivo de tornar a FUNM uma universidade federal.<sup>26</sup> Os militantes estudantis aproveitavam-se dos diversos momentos de integração vivenciados pelos estudantes, inclusive os de lazer, para divulgar o repertório de suas agendas políticas.

O ano de 1987 foi difícil para a FUNM. A greve deflagrada pelos estudantes no mês de maio e, posteriormente, a greve dos professores, em virtude da defasagem salarial, constituem parte do enredo da situação enfrentada. Vale lembrar que, na primeira semana de maio de 1987, o DCE organizou os universitários para uma “greve branca”, em que os partícipes não iriam pagar as mensalidades cobradas pela FUNM como forma de protestar contra o aumento das anuidades:

Em entrevista com os membros do DCE, o Jornal do Norte foi informado de que mais de 70% dos alunos da fundação decidiu entrar em ‘greve branca’, ou seja, sonegar o pagamento das mensalidades majoradas em 100%, até o dia 15 próximo.<sup>27</sup>

Alguns dias depois, o Jornal do Norte publicou reportagem sobre o desfecho da greve.

O DCE decidiu parar com a ‘greve branca’, iniciada há uma semana, em protesto contra os reajustes de 100% nas mensalidades escolares. É que, justifica o órgão, dará entrada na justiça um recurso contra os aumentos e, sendo esta medida decisiva, seus efeitos, se positivos são maiores que as greves. Por isso, a grande parte dos universitários está

<sup>26</sup> **DPDOR** (Divisão de Pesquisa e Documentação Regional). Recortes do Jornal de Montes Claros, 03 e 04 de setembro de 1988.

<sup>27</sup> **APAMF**. Jornal do Norte, 05 de maio de 1987, p.02.

pagando as mensalidades atrasadas, uma vez que, caso ganhe, a causa o DCE poderá pedir a devolução de todo o dinheiro pago nos aumentos.<sup>28</sup>

Desse modo, pelo fato de o Diretório ter encontrado outra forma de conseguir a sua reivindicação além da greve, ele preferiu interrompê-la. A entidade utilizou a justiça para alcançar seus objetivos e esse instrumento é consolidado graças ao fim da Ditadura.

A situação financeira da FUNM causou inúmeros debates entre os estudantes. O que se discutia é como se resolveria de imediato a situação do ensino superior na região, já que as verbas enviadas pelo governo não eram suficientes para acabar com a crise financeira da instituição. Foram ventiladas várias ideias e propostas para resolver o problema. Primeiro, foi proposto paralisar o funcionamento da fundação, até que o governo se sensibilizasse e federalizasse a FUNM. Outra proposta foi lutar pela estadualização, visto que havia certas opiniões de que esta fosse mais simples de ser alcançada. Havia desde os que pensavam em privatizar a FUNM, manter o sistema atual e esperar a ajuda do governo, até os que pensavam em transformar a instituição em uma universidade comunitária com o seu orçamento dividido entre a União, o estado, município e empresas.<sup>29</sup>

Ao final, as propostas da luta pela federalização e estadualização continuaram a ser bandeira do movimento estudantil local, sendo que a última proposta acabou ganhando mais força, visto que muitos estudantes acreditavam na maior facilidade de se alcançar esse objetivo. Não foram apenas os universitários que se envolveram nesses debates acerca do ensino superior da região, isto é, essas lutas tornaram-se também uma preocupação dos estudantes secundaristas. O Jornal do Norte, em primeira página, no dia 26 de agosto de 1988, publicou notícia sobre movimento dos secundaristas apoiando essa luta da faculdade:

Estudantes secundaristas de Montes Claros que estão na iminência de concluírem o segundo grau e não terem faculdades para ingressar, realizaram ontem uma passeata de protesto pelas principais ruas da cidade com objetivo de sensibilizar a comunidade para a grave crise financeira por que passa a FUNM.<sup>30</sup>

Por meio da notícia acima, percebemos que os secundaristas possuíam certa preocupação com os rumos tomados pela FUNM, até mesmo porque eles seriam os

---

<sup>28</sup>APAMF. Jornal do Norte, 16 e 17 de maio de 1987, p.04.

<sup>29</sup>APAMF. Jornal do Norte, 19 de agosto de 1988, p. 01.

<sup>30</sup>APAMF. Jornal do Norte, 26 de agosto de 1988, p.01.

futuros estudantes da fundação. É evidente que a luta empreendida no meio acadêmico incidiu de forma mais incisiva na busca pela melhoria do ensino superior da região, mas não há como negar que essa bandeira aos poucos se tornou norte-mineira, pois essa era a única faculdade da região. A partir daí a imprensa deu cobertura ao movimento, uma vez que a existência de uma universidade pública era um fator importante para a cidade que almejava ser um modelo de desenvolvimento regional. No arquivo da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional, podemos perceber a existência de vários cadernos com colagens de notícias e reportagens sobre a FUNM. Dentre eles, a temática “Consolidação” traça o histórico das aparições da luta pela estadualização ou federalização da FUNM, publicadas no Jornal de Montes Claros, no Jornal do Norte e no Jornal Diário de Montes Claros. No recorte de notícias do Diário de Montes Claros, podemos perceber uma foto com a seguinte frase: “Não queremos só prome\$\$as. Queremos a federalização!”<sup>31</sup> A faixa pertence ao DCE e ao DA-FAFIL e, logo abaixo da fotografia, está a indicação de que Laís Tourinho discursava em assembléia da FUNM no colégio Imaculada Conceição ao lado de José Geraldo Drummond, então reitor da instituição, e Mário Ribeiro.

Eurípedes Xavier que desde os anos 1980 é filiado no PCdoB ressalta que o ME teve um papel importantíssimo na pressão empreendida, juntamente com outros setores da sociedade, pela melhoria do ensino na região. Ao interpretar o que presenciou, ele destaca essa como uma das maiores experiências de sua vida:

Andrey: Como foi a luta pela estadualização ou federalização da FUNM?

Lipa Xavier: [...] Eu acho que teve um papel decisivo porque mesmo que não tenha ocorrido a federalização, que era a ideia inicial, pelo menos que isso pudesse resultar numa criação de uma universidade pública que é estadual, no caso a Unimontes, e garantir para a região o acesso dos estudantes ao ensino público e gratuito.<sup>32</sup>

A menção à imprensa local e aos depoimentos realizados evidencia diferentes maneiras, articuladas entre si, segundo as quais o meio estudantil montes-clarense se envolveu em reivindicações pela melhoria do ensino na região. Não obstante essa constatação, o livro “Unimontes: 40 anos de história”, organizado por Regina Célia Caleiro e Laurindo Mékie, não dá o devido valor à ação estudantil no processo de luta

---

<sup>31</sup>DPDOR (Divisão de Pesquisa e Documentação Regional). Recortes do Jornal Diário de Montes Claros, 26 de agosto de 1988.

<sup>32</sup>XAVIER, Eurípedes. Entrevista concedida a Andrey Lopes de Souza. (Fit. Mag.). Montes Claros, 15 de novembro de 2006.

pela federalização ou estadualização da FUNM. Os estudantes são vistos mais como espectadores, e não como integrantes diretos da luta de que participaram. Não se deve esquecer que o livro é de tom comemorativo e de que os próprios autores afirmam que o ele não tem a pretensão de contar toda a história da Unimontes, mas de “preencher uma lacuna e incentivar outros pesquisadores a novas abordagens temáticas e metodológicas”. (CALEIRO; PEREIRA, 2002: 05.)

Hoje, que a FUNM se tornou Unimontes, uma Universidade pública, os tempos passados em que houve uma considerável participação estudantil não contemplam a memória oficial da instituição. Apenas são lembrados alguns pioneiros que se engajaram em trazer o ensino superior para a região, sendo que a participação estudantil na trajetória dessa instituição é relegada ao esquecimento. Os sonhos, as lutas e as ideias de juventude que esses jovens criaram, hoje, estão apenas na memória de alguns curiosos e de quem um dia participou desse momento ímpar da história do país.

## **FONTES**

XAVIER, Eurípedes. Entrevista concedida a Andrey Lopes de Souza. (Fit. Mag.). Montes Claros, 15 de novembro de 2006.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. Depoimento cedido a Andrey Lopes de Souza.(Fit. Mag.). 10 de novembro de 2006.

APAMF.(Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho) Jornal do Norte, 01 de janeiro de 1980 a 31 de dezembro de 1989.

ACCHP (Arquivo do Centro Cultural Hermes de Paula). Revista Montes claros em foco. Abril de 1979

DPDOR (Divisão de Pesquisa e Documentação Regional). Recortes do Jornal Diário de Montes Claros, 26 de agosto de 1988.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mekie. *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

CARDOSO JR, Edy Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. 2008. Dissertação (Mestrado em História – Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.



CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n.35, jul/dez, 2007, p. 255-272.

FENELON, Déa. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes. Et all (org). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'água, 2006.

JARDIM, Alex F; BARBOSA, Carla Cristina; BATISTA, Dimas; ANTUNES, Fabio V. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. In: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mekie. *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros: Unimontes, 2002, p. 32-33.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. *Projeto História*. São Paulo, n.22, jun. 2001.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*. Campinas: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Maceió: SERGASA, 1994.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo, USP, 2007.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80. Brasil, quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon; DURHAM, Eunice Ribeiro; GOLDEMBERG, José. *A Educação no Brasil em uma perspectiva de transformação*. www.schwartzman.org.br.

VIEIRA, Maria do Pila Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991.

WILLIAMS, Raymond. Conceitos de “Hegemonia” e “Dominante, residual e emergente”. In: *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar. Rio de Janeiro: 1979,

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*. São Paulo, n.35, jul/dez 2007, p. 15-26.

Data de recebimento: 07/05/2014

Data de aceite: 17/11/2014